

# OS FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA ENQUANTO CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR: paradigmas e orientações delineadoras

Thiago Luiz dos Santos Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

Neste artigo disserta-se sobre o surgimento da História enquanto disciplina escolar, e os diversos paradigmas que nortearam e norteiam o ensino da disciplina em sua materialização em sala de aula. Procura-se o entendimento dos paradigmas da História enquanto área do conhecimento humano e disciplina escolar, desde a concepção grega, passando pelas perspectivas positivista, marxista e da Escola dos Annales. Procura-se estabelecer a relação entre a História enquanto disciplina escolar e a produção científica em diversas temporalidades. Procura-se ressaltar o caráter dinâmico e contínuo da construção histórica, bem como a importância da tríade educar, ensinar e formar na docência da disciplina.

Palavras-chave: História. Disciplina Escolar. Conhecimento Científico. Ensino de História.

## Abstract

This article lecture on the emergence of History as a school subject, and the various paradigms that guided and guide the teaching of this subject in its materialization in the classroom. Wanted understanding the paradigms of history as a field of human knowledge and school discipline, from the Greek conception, through the positivist perspective, Marxist and the School of Annales. It aims to establish the relationship between history as a school subject and the scientific production in various time frames. It searches highlight the dynamic and continuous character of the historic building, and the importance of the triad educate, teach and train the teaching of the discipline.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela PUC Minas. Mestre em Educação pela PUC Minas. Atualmente professor do Departamento de História da PUC Minas. E-mail: tsooliveira@yahoo.com.br

Keywords: History. School Discipline. Scientific Knowledge. History Teaching.

## **INTRODUÇÃO**

As disciplinas escolares são construções históricas que se relacionam diretamente com o contexto e a organização da produção científica. As disciplinas escolares em seus diversos âmagos constitutivos respondem, ou correspondem às perspectivas e aos paradigmas da produção científica em determinada temporalidade histórica. Doll Júnior (2002) procura esclarecer a relação íntima existente entre as práticas e formas curriculares e os paradigmas referentes à produção do conhecimento científico. Educa-se para o fomento do indivíduo autônomo capaz de pensar e refletir por si mesmo, de traçar seus próprios esquematismos. A História enquanto área de conhecimento e disciplina escolar possui uma grande responsabilidade na efetivação desses objetivos, sobretudo no desenvolvimento do espírito crítico e autônomo. A real materialização da tríade educar, ensinar e formar no que concerne ao ensino de História diz respeito construção do educando enquanto sujeito histórico dentro da sala de aula. “O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e as pessoais, é o verdadeiro construtor da História.” (BEZERRA, 2010, p.45). Apenas este sujeito histórico ético, capaz de estabelecer as conexões entre presente e passado pode de fato vivenciar uma experiência cidadã. É na sala de aula que a História como disciplina se materializa a partir da reflexão acerca dos diversos discursos políticos, econômicos, sociais e culturais. É na sala de aula que conceitos são historicizados, no momento que são entendidos em suas especificidades e temporalidades históricas. Os discursos, os conceitos, as ações tornam-se representações sociais das mais diversas e variadas matizes culturais, rompendo com o sofisma de uma história totalizante, mas sim pluralizada e pulverizada no que tange à dinâmica do próprio fazer humano em sua coletividade.

### **1 O IDEAL GREGO DE HISTÓRIA E A PERENIZAÇÃO DA PÓLIS**

A noção da História enquanto área do conhecimento humano nasce na Grécia Antiga. Para os antigos gregos o homem enquanto indivíduo é mortal, ou seja, finito

neste mundo, mas pode se eternizar a partir de feitos relevantes, dignos de serem registrados e transmitidos às gerações vindouras. É importante se ater à ideia que essa pretensa imortalidade humana não se dá em termos individuais. Dentro do ideal grego de História o importante não é o homem em si, mas o que este faz de extraordinário. O conceito de fato histórico está diretamente ligado ao feito grandioso, àquilo que pode ser perenizado, se tornando imortal. Um exemplo claro disso é a ideia grega de *pólis*. De certa maneira o ideal grego de conhecimento histórico de perenização dos grandes fatos e feitos da humanidade, norteou o advento da História enquanto disciplina escolar. A História entra na escola para que se preserve a memória dos grandes heróis nacionais, dos grandes eventos. A perspectiva grega de História na modernidade será apropriada pelos Estados Nacionais no fomento do patriotismo e do nacionalismo. A história ganha uma conotação política, pois é através dela que se reproduz o ideal nacional e patriótico. O fato histórico, as datas comemorativas são perenizadas e transmitidas às novas gerações como herança cultivada. Essa herança cultivada é apropriada pelas elites nacionais e a História enquanto disciplina se torna uma importante ferramenta para a manutenção do poder por parte dessas mesmas elites.

Os que detém o poder, ou os que o exercem através do Estado, tenderão a criar representações da sociedade, nas quais os privilégios, as hierarquias, as divisões entre os que mandam e os que devem obedecer surgiram como fatos naturais. (POMER, 2001, p.11).

Entretanto, a História enquanto disciplina se norteará também pelos paradigmas científicos validadores da produção de conhecimento. Dessa forma a própria concepção de História enquanto área do conhecimento e disciplina escolar sofrerá transformações patentes no seu âmago constitutivo, e de forma paulatina a História eminentemente política calcada na importância do evento, dos grandes feitos nacionais perderá espaço para uma História que buscará compreender as ações do homem no cotidiano e as produções culturais pertinentes ao fazer humano. As experiências sociais cotidianas tornam-se objetos de estudo da História. Adiante procurar-se-á evidenciar as perspectivas do pensamento científico e suas implicações no conhecimento histórico e na História como disciplina escolar.

## 2 A ESCOLA METÓDICA DITA POSITIVISTA

Durante o século XIX a História procurou afirmar-se como uma ciência nova, com parâmetros metodológicos claros e bem estabelecidos. Nessa tentativa de consolidar-se como padrão da ciência até então vigente, a historiografia utilizou-se de uma metodologia semelhante à já efetuada pelas ciências naturais. Criou-se então um questionamento acerca da objetividade em termos históricos. Os historiadores da dita “Escola Metódica ou Positivista” afirmavam-se capazes de tecer considerações sobre determinado objeto ou fato histórico de maneira meramente objetiva, ou seja, dentro dessa perspectiva o objeto falava por si mesmo.

Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador para eles narra fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram. (REIS, 2004, p.18).

Dentro dessa perspectiva considerava-se a História uma ciência linear, fundamentada na observação passiva do passado, cabendo ao historiador apenas o relato de fatos e eventos ocorridos, em uma postura de distanciamento em relação ao objeto investigado. O estatuto da história enquanto ciência se fundamentava no positivismo de Ranke<sup>2</sup>, no qual o historiador deveria se concentrar nos eventos, se distanciando de qualquer especulação filosófica ou metafísica, se atendo irrestritamente as fontes documentais, pois através dela se chegaria à verdade histórica. Permeia essa concepção de História uma ideia de evolução moral, de progresso calcada no desenvolvimento técnico e industrial. Dentro dessa perspectiva, “[...] a história existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos.” (REIS, 2004, p.17). Dessa maneira, ainda no século XIX, a história se estrutura enquanto disciplina escolar, do resgate do passado, de fatos narráveis, explicitando um viés político. “O passado desvinculado do presente era a área do historiador.” (REIS, 2004, p.18). A História enquanto disciplina escolar objetivava a narrativa do passado que era expressa na preservação da memória política e

---

<sup>2</sup> Leopold von Ranke (1795-1886), historiador alemão do século XIX, um dos pioneiros na Alemanha e da Europa de uma análise dita “científica” da História, calcada na observação distanciada das fontes e documentos históricos, que segundo os partidários desse modelo seria capaz da reconstrução fidedigna do fato histórico.

cultural. O aluno é levado a observar o caráter extrínseco do objeto, uma vez que os fatos são postados como eventos exteriores, sobretudo na ideia de rememorar os grandes feitos do passado, daquilo que é constitutivo do Estado enquanto Nação. O professor de História se torna um educador cívico, cujo principal objetivo pedagógico é levar o aluno a enxergar o passado como lócus da evolução linear humana. “É o fato histórico exemplar, único, irreduzível à comparação, estabelecido pelos documentos, que cativa o aluno e o situa na evolução da nação, dando-lhe a noção de uma mudança progressiva [...]”. (REIS, 2004, p.31).

A partir dessa perspectiva da História enquanto disciplina enfatiza-se na sala de aula a separação entre passado e presente. A História torna-se a disciplina do resgate do passado não problematizado, não questionado, mas dado como evento ocorrido direto e apenas contemplativo. A História enquanto conhecimento na sala de aula mediante um viés positivista é embalsamada e sacralizada através dos grandes feitos, dos grandes eventos e dos grandes homens. Ora, faz-se importante salientar que esse modelo de história servia aos embates políticos, no qual a construção de uma pretensa identidade nacional pelo Estado era premente.

Faz-se uma “história comemorativa”, que legitima os rituais cívicos. Nesses rituais, realizados nas datas (dia e mês) que coincidem com as do evento passado, quando os grandes heróis produzem os seus grandes feitos, procura-se a coincidência do “atual com o eterno”, em um presente intenso. (REIS, 2004, p.32).

A disciplina escolar História se tornou elemento primaz da produção e reprodução da identidade nacional, busca no passado a eternização no presente do evento considerado extraordinário. O conceito de fato histórico está diretamente ligado ao feito grandioso. Aquilo que pode e deve se tornar perene, um legado preservado para as próximas gerações. Tal perspectiva de história parece “[...] fugir do presente vivido em todas as direções: para um passado mítico, para um passado “objetivo”, para um futuro livre, para um presente divinizado.” (REIS, 2004, p. 32).

### **3 O MARXISMO NA HISTÓRIA COMO DISCIPLINA: ESTRUTURALISMO EVOLUCIONISTA E A CONTRADIÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ HISTÓRICA**

Ainda durante o século XIX, o pensamento de Marx é visto como premissa de se elaborar uma ciência histórica, estruturalista, e evolucionista, mas diferente em

sua epistemologia da Escola Metódica. A História é concebida enquanto um desenvolvimento evolutivo de organizações sociais subseqüentes, os modos de produção, que se fundam nas estruturas materiais da organização social, que por sua vez são condicionantes das estruturas políticas e ideológicas de uma sociedade. As condições que levariam a ruína do modelo social são intrínsecas a ele, eis a ideia marxiana<sup>3</sup> de dialética. A história enquanto ciência cabia investigar as contradições inerentes a cada modo de produção ou formação social.

O objeto da história-ciência: uma formação social concreta, que é uma estrutura contraditória, uma totalidade em luta consigo mesmo, tendendo à desintegração. A história-ciência trata da luta de classe no quadro do desenvolvimento das forças produtivas. (REIS, 2004, p.53).

Os antagonismos e contradições que desintegrariam um modo de produção são criados no âmago, ou seja, na estrutura deste próprio modo de produção. Desse modo não são necessárias influências externas para a derrocada de um sistema ou formação social. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção inerentes a este sistema se encarregariam disso. Segundo o materialismo marxista são as condições materiais que norteiam e orientam a vida humana. Uma mudança na estrutura dessas condições materiais de vida conseqüentemente acarretaria mudanças na ideologia e nos conceitos que permeiam essa sociedade, ou seja, uma mudança de caráter infra-estrutural causaria mudanças na superestrutura. Marx e Engels trabalham com a ideia de que a ideologia que orienta uma sociedade é a da classe dominante e mudanças de caráter revolucionário em sua estrutura levariam ao aniquilamento desta mesma ideologia. “O marxismo, enquanto ciência da história, tomará como objeto as estruturas econômico –sociais, invisíveis abstratas, gerais, mas “chão” concreto da luta de classes e das iniciativas individuais e coletivas.” (REIS, 2004, p.54)

Dentro de uma perspectiva marxista a sociedade capitalista, liberal e industrial, que se consolidou no século XVIII se alicerça na expropriação do proletariado pela burguesia. As contradições e antagonismo que se fundam no âmago da formação social capitalista se fazem cada vez mais patentes à medida que as relações sociais principalmente de caráter produtivo se tornam complexas. Dentro dessa perspectiva científica-marxista de análise histórica capital e trabalho

---

<sup>3</sup> Referente ao pensamento de Karl Marx em sua essência epistemológica.

estão em constante oposição. O motor da história para Marx é a luta de classe. Em termos capitalistas a dimensão da luta de classes na cidade moderna, dá-se entre burguês e proletário, patrão e empregado. *“Na mesma medida em que a burguesia - isto é o capital - se desenvolve, também o proletariado se desenvolve.”* (MARX; ENGELS, 2000, p.19). É o desenvolvimento da identidade, da consciência classista forjada na própria luta de classes, que propiciará ao proletariado as condições materiais e ideológicas para a suplantação modo de produção capitalista, em prol do estabelecimento do modo de produção socialista.

Dentro de uma perspectiva marxista e evolucionista de análise histórica o modo de produção socialista seria uma etapa da evolução histórica onde o proletariado, ou seja, a classe trabalhadora, mediante a revolução, seria conduzida ao papel de classe dominante. Para isso fazia-se necessário “[...] a formação do proletariado em uma classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado.” (MARX; ENGELS, 2000, p. 30). No socialismo os meios de produção ficariam sob a tutela do Estado. Com o poder em suas mãos, o proletariado deveria tomar uma série de medidas com o intuito de socializar os meios de produção e acabar com a alienação do indivíduo enquanto sujeito e com a alienação no processo produtivo. Dentre essas medidas estão, a abolição da propriedade privada burguesa enquanto meio de opressão e exploração, centralização dos meios de transporte e comunicação sob o controle estatal, responsabilidades iguais no processo produtivo, abolição gradual na distinção entre campo e cidade através de uma distribuição demográfica mais igualitária, educação gratuita para todos, fim do trabalho infantil. No decorrer desse processo o poder político perderá sua conotação política, como instancia de poder onde uma classe explora e oprime a outra. Quando o proletariado, no seu papel de classe hegemônica consegue superar as velhas relações de produção, sua posição como classe dominante perde o sentido, pois ele conseguiu abolir as relações de antagonismo entre classes. Chegaríamos então, segundo o pensamento marxiano no Modo de Produção Capitalista, uma formação econômica e social onde os meios de produção e a propriedade ganham um caráter social e coletivo, o Estado é extinto e onde o bem estar individual é pressuposto básico para o bem estar coletivo.

O ensino da história calcado no marxismo, prima as análises estruturalistas da dinâmica evolutiva dos modos de produção. O marxismo é uma teoria que se

estabelece no século XIX, num momento em que as ciências se fundamentavam em paradigmas evolucionistas e progressistas no que concerne a sua epistemologia. Assim, a educação seria uma práxis social determinada pelas condições estruturais de uma determinada sociedade, procurando sempre investigar as contradições existentes no âmago de uma formação econômico-social. A história marxista traça um caminho evolucionista e um devir histórico, ou seja, uma fase a ser alcançada, por meio da luta de classes. Bom, apesar do aspecto da análise social marxista ser pertinente em seu cerne estruturalista, percebe-se um desenvolvimento analítico condicionado em demasia pelo econômico. Outra observação relevante concerne que o devir histórico já está estruturalmente traçado, o que de fato não releva a pluralidade da ação humana no que tange ao fazer histórico, que nunca pode ser tratado de uma maneira axiomática, mas sim como um projeto vivo e em constante mutação, pautado pela diversidade das ações e da criticidade humanas.

#### **4 A ESCOLA DOS ANNALES: NOVOS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA**

O século XX representou uma mudança na epistemologia da história enquanto ciência e posteriormente enquanto disciplina escolar. Ao procurar considerar o método cientificista e mecanicista das Ciências Naturais, a História se debateu com a questão da “auto-incompreensão”.

Além disso, o nascimento da moderna ideia de História não apenas coincidiu como foi poderosamente estimulado pela dúvida da época moderna acerca da realidade de um mundo exterior dado “objetivamente” á percepção humana como um objeto imutado e imutável. (ARENDR, 2011, p.83).

A “auto-incompreensão” advinha justamente da utilização de padrões que já superadas pelas próprias ciências naturais, acerca da própria objetividade. Isso pode ser comprovado mediante ao fato de que as Ciências Naturais na contemporaneidade já relevavam a questão da subjetividade. Ao escolher um determinado objeto de estudo, não se pode desconsiderar o aspecto subjetivo dessa escolha. Sendo assim, a subjetividade estava intimamente ligada à produção do conhecimento histórico. A subjetividade é algo intrínseco ao fazer humano, pois está presente desde a escolha do objeto até as considerações tecidas acerca do mesmo.

“A realidade humana é equívoca e inesgotável. O fato histórico é construído a partir do vivido; é uma objetividade pensada não dada. O objeto positivista em si dilui-se e se torna uma construção do sujeito.” (REIS, 2004, p.44). A História até então, estava buscando seus parâmetros de análise, numa concepção mecanicista de ciência, onde se acreditava na observação purista, em que o historiador seria um mero contemplador dos fatos, não podendo tecer considerações subjetivas sobre ele. O fato, o evento histórico se tornaram entes objetivos, que pode ser observado de forma neutra e impassível. “Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos.” (CARR, 1987, p.13).

Ao analisar em termos epistemológicos a concepção de História a partir do século XX evidencia-se mudanças patentes no que tange ao conhecimento histórico. A Escola Metódica, dita positivista, que valorizava o documento estático, na qual o papel do historiador assemelha-se a de um mero cronista dos fatos passa a ser amplamente questionada. Em contraposição surge uma nova concepção de história que procurava valorizar a interdisciplinaridade, a pluralidade no que se refere a fontes e documentação e principalmente as relações político-sociais os sujeitos, nas suas complexidades, nuances e sobretudo na produção de mentalidades, ou seja a história passa a ser considerada uma cênica social. Sobretudo a partir do advento da chamada **Escola dos Annales**<sup>4</sup> a investigação histórica adquire maior importância, perpassando o fato histórico em si. O feito, o evento, o fato histórico perde sua importância como algo individual e isolado. Na concepção contemporânea de História percebe-se que o evento em si perde relevância. “O historiador é necessariamente um selecionador.” (CARR, 1987, p.15). O importante passa a ser o caráter processual e contextual da historiografia. O tempo é infinito e a dinâmica do processo histórico é feita dentro dele, dentro dessa infinitude. O importante se torna o contexto, o desenrolar dos fatos, ou seja, o processo histórico. Nota-se claramente o caráter dinâmico e contínuo da construção histórica enquanto processo. O conhecimento histórico se torna hermenêutico, ou seja, é interpretativo, as fontes e os documentos históricos são reconstruídos pelo olhar analítico do

---

<sup>4</sup> Pode-se dizer que trata-se de uma renovação da investigação e da análise histórica que tem início com a publicação da revista *Anais de História Econômica e Social*, em outubro de 1929 pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre. Os *Annales* buscavam a afirmação da História enquanto ciência social mediante um estudo interdisciplinar, plural que perpassa-se uma historiografia tradicional e política.

historiador, não como uma verdade absoluta, mas sim como uma leitura epistemologicamente responsável, na qual as interações humanas no que concerne a economia, a política, a cultura nas diversas temporalidades se tornam matéria-prima fundante para a investigação e a produção científica histórica. Dessa forma, tona-se patente que uma perspectiva científica de História que se calca na ação humana através do tempo, conferindo ao homem o protagonismo enquanto sujeito que direciona e atua constantemente no fazer histórico. Tal concepção de história pretendeu uma produção cognitiva na qual sujeito e objeto se relacionam de forma intrínseca, diferindo em termos epistemológicos da objetividade passiva do positivismo. A História deixa de ser uma mera narrativa do passado, para se tornar uma ciência social, cuja as bases de análise se encontram no presente, no questionamento seletivo do passado, enquanto lócus da produção cultural humana. “O historiador vai e vem do presente ao passado, realiza dois movimentos contrários e complementares: do presente à origem, da origem ao presente.” (REIS, 2004, p.45). A produção cognitiva histórica em seu amago é constituída de um alto teor de reciprocidade, no qual o sujeito atua no objeto, e o objeto age sobre o sujeito de maneira reflexiva.

A **Escola dos Annales** procurou estabelecer um novo paradigma para a História enquanto ciência social, não calcada nos parâmetros metodológicos que norteavam o conhecimento histórico até então, sobretudo no que tange sobretudo, a dinâmica do tempo. Os historiadores dos *Annales* rompem com o tempo evolutivo linear, trabalhando uma perspectiva dialógica entre o tempo sincrônico e o tempo diacrônico, ou seja introduz a noção de processo na história, que a História enquanto ciência é composta por permanências e rupturas e não mediante uma evolução linear. Os processos históricos são tangenciados pelo fazer humano que não se constitui como uma linearidade evolutiva, mas sim como um fazer plural, norteado por questões econômicas, sociais, políticas culturais. Os historiadores dos *Annales* rompem com o tradicionalismo estruturalista até então vigente na construção do conhecimento histórico em prol de uma concepção epistemológica na qual “a mudança não é vivida como progresso, como uma evolução regular ou continuidade, mas como uma nova função, aspecto de um processo de estruturação e reestruturação.” (REIS, 2004, p.69). A História deixa de ser uma narrativa meramente política, para ser a ciência da investigação das memórias coletivas, das

mentalidades produzidas no curso das relações sociais, fruto de continuidades e descontinuidades, na superação epistemológica do evento histórico. O conhecimento histórico se torna interdisciplinar através dialogo com diversas ciências sociais como a antropologia, a sociologia, a psicologia a economia entre outras. A História se fragmenta então em diversas histórias, em diversas interpretações hermenêuticas, os fatos históricos podem ser reconstruídos sobre vários prismas, sobre vários olhares epistemológicos acerca das fontes e dos documentos históricos. A História ganha uma conotação cultural e social enquanto disciplina, sendo que a partir desse novo olhar acerca do conhecimento histórico, o termo cultura passa a ser utilizado para referenciar a produção humana, no tocante as mentalidades, patentes ou latentes em cada civilização. O próprio termo civilização perde sua conotação evolutiva, de caminho para o progresso, e ganha um caráter mais dinâmico no tocante as múltiplas relações do homem com o meio que está inserido espacialmente, pois “[...] para a história social, a civilização possui um tempo mais longo, que ultrapassa a de uma realidade social dada.” (REIS, 2004, p.87).

Esta perspectiva de História fundante no dialogo com as ciências sociais procura ademais a valorização do sujeito histórico, das produções materiais e imateriais humanas, do homem enquanto produtor de cultura, não se precipitando em uma subjetividade exagerada, mas sim denotando relevância ao meio em que este mesmo sujeito está inserido. Sujeito e objeto convivem em uma relação intrínseca constante, em um relacionamento dialético e dialógico. Dessa maneira a história enquanto disciplina escolar ganha uma dimensão social, no tocante ao entendimento do homem em sua humanidade construída através do tempo, pois “[...] o conhecimento histórico tem uma legitimidade intelectual: interessa ao homo sapiens, que quer se conhecer e se reconhecer, e quer conhecer por conhecer o que o rodeia e a ele mesmo.” (REIS, 2004, p.109). A história enquanto disciplina se afasta do conhecimento do passado estático, da ideia de progresso civilizacional, para organizar o passado em função do presente. São questões e problematizações levantadas a partir de demandas e problematizações acerca do presente, é que conduzem e orientam a leitura e a interpretação do passado, que não pode ser resgatado em sua totalidade, mas sim em seleções, em fragmentos que são contados e recontados pelo historiador.

## 5 O ENTENDIMENTO DA DISCIPLINA HISTÓRIA À LUZ DA TEORIA PEDAGÓGICA A PARTIR DA TRÍADE EDUCAR, ENSINAR E FORMAR

Educa-se para o fomento do indivíduo autônomo capaz de pensar e refletir por si mesmo, de traçar seus próprios esquematismos. A História enquanto disciplina escolar possui uma grande responsabilidade na efetivação desses objetivos, sobretudo no desenvolvimento do espírito crítico e autônomo. A real materialização da tríade educar, ensinar e formar no que concerne ao ensino de História diz respeito construção do educando enquanto sujeito histórico dentro da sala de aula. “O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e as pessoais, é o verdadeiro construtor da História.” (BEZERRA, 2010, p.45). Apenas este sujeito histórico ético, capaz de estabelecer as conexões entre presente e passado pode de fato vivenciar uma experiência cidadã. É na sala de aula que a História como disciplina se materializa a partir da reflexão acerca dos diversos discursos políticos, econômicos, sociais e culturais. Os discursos, os conceitos, as ações tornam-se representações sociais das mais diversas e variadas matizes culturais, rompendo com o sofisma de uma história totalizante, mas sim pluralizada e pulverizada no que tange à dinâmica do próprio fazer humano em sua coletividade.

No entendimento da tríade pedagógica em sua materialização da História como disciplina pode-se dimensionar a **educação** como o entendimento que o homem é um ser social, portanto inserido em uma coletividade composta por várias diversidades no que concerne as formas de organização, pensamento e formatação das várias identidades sociais. Educa-se o sujeito histórico para o entendimento democrático da alteridade, da percepção de si mesmo e do outro. Essa percepção se alicerça no convívio social, no entendimento dos processos de identificações e diferenciações pertinentes à própria dinâmica histórica. “Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como um ser social, alguém que vive, numa determinada época,

num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos.” (PINSKY;PINSKY, 2010, p. 28). Faz-se necessário se perceber como membro de uma comunidade historicamente forjada e construída, por meio de processos sincrônicos e diacrônicos de identificação e não identificação. Uma comunidade não é um extrato social homogêneo, ou seja, não está livre de conflitos. (BURKE, 2011). Educar neste sentido corresponde a entender a socialização como um processo histórico, de encontros e desencontros, congruências e incongruências.

A dimensão do **ensino** na disciplina História se dá no reconhecimento e na transmissão da tradição cultural representada pelo passado. Ora, faz-se importante salientar que o passado não é neutro e nem pode ser reconstruído em sua totalidade, mas sim selecionado epistemologicamente a partir de um olhar alicerçado no presente. Tal premissa é fundante na preservação do patrimônio histórico e cultural da humanidade, busca-se na preservação da memória o arcabouço essencial para a construção das identidades individuais ou coletivas.

Consideramos que a escola e, em particular o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. É ela, em última instância, o locus privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural. Ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, a escola está cumprindo seu papel social. (ORIÁ, 1998, p.130).

O **ensino** da história objetiva a interlocução entre passado e presente, numa relação dialética, de preservação e transmissão da memória coletiva. “A memória é, pois imprescindível na medida que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha.” (ORIÁ, 1998, p. 139). Cabe ao ensino de história resgatar as múltiplas facetas do passado, na problematização histórica, conferindo voz ao negligenciados pela história “oficiosa”, demonstrando a multiplicidade do saber histórico no que tange a produção de diversas mentalidades, diversos olhares, nos vários locais de memória. “Sem um conhecimento sólido do passado, voltado para a ação e para a participação democrática, somos levados à ignorância e á omissão que permitem total liberdade aos detentores do poder.” (JANOTTI, 1998, p.52).

A **formação** quando observa-se a História em seu contexto de disciplina

escolar, reside na criticidade, no desenvolvimento da reflexão acerca das diversas dinâmicas dos diversos eventos históricos. O conhecimento histórico fomenta o homem esclarecido, emancipado, capaz de se situar enquanto sujeito e agente histórico. A história-problema, a crítica social quando bem construída na sala de aula, leva o educando para além da mera contemplação, potencializando a formação do cidadão pleno. A História enquanto disciplina permite ao aluno identificar as possibilidades de intervenção na realidade em que ele vive. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004). Quando traça seus próprios esquematismos, o educando percebe a si mesmo enquanto indivíduo autônomo, ciente dos seus direitos e deveres, tornando-se um sujeito esclarecido.

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmitem informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que os interlocutores constroem significados e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual torna-se inseparável o significado entre a relação entre teoria e prática, entre o ensino e a pesquisa. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 31).

Assim, na sala de aula que o saber histórico se materializa enquanto disciplina escolar, que deve se pautar pela crítica, pela problematização pelo debate epistemológico, e pela relação intrínseca existente entre pesquisa e ensino. É na sala de aula que se enxerga a História na sua pluralidade, nas suas diversas facetas políticas, econômicas, culturais e sociais. O estímulo da percepção histórica a partir dos olhares epistemologicamente construídos e das vivências e experiências democráticas de educadores e educandos, torna a sala de aula um local de experiências dinâmicas e interativas e de lida com o conhecimento.

## **6 CONCLUSÃO**

A história enquanto disciplina escola precisa ser o lugar de produção de cidadão, do sujeito pleno capaz de traçar seus próprios esquematismos, capaz de pensar por si mesmo. É nesta sala de aula que a formação é efetivada, onde o aluno deixa de ser um ente meramente contemplativo, e passa a compreender a importância da reflexão acerca da realidade histórica. Uma pergunta se faz pertinente. O que seria esta realidade? Ora, não se pode conceber a realidade como algo restrito simplório, linear e contemplativo. A realidade é construída mediante

experiências que subjetivas e coletivas, através da ação humana no tempo. A prática pedagógica em uma aula de História deve ser sempre formativa, sempre democrática, pois somente dessa maneira forma-se o cidadão pleno e emancipado. Apenas o cidadão pleno, capaz de refletir acerca da sociedade em que está inserido pode compreender e experimentar a efetiva democracia. A premissa fundamental de educação precisa ser a formação de cidadãos esclarecidos, prontos para atuar em uma sociedade democrática. Não se nasce cidadão, torna-se cidadão. Um ensino de história potencialmente democrático deve propiciar ao sujeito prerrogativas para que ele se torne mentor e agente do seu próprio projeto.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BEZERRA, Holien G. Estudo de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 37-48.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. P.11-27.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CARR, Edward Hallett. **Que é história**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DOLL JÚNIOR, William E . **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. História, política e ensino. In: **O saber Histórico na sala de aula**. BITTENCOURT, Circe. (Org). 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p.42-53.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **O manifesto comunista**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p.128-148.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 17-20.

POMER, Leon. **O surgimento das nações**. 10. ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

REIS, José C. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHIMDT, Maria A. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p. 54-66.

SCHIMDT, Maria A; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Editora Scipione, 2004.